

A Educação é um Direito consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, sendo a mesma fundamental para o desenvolvimento pessoal e profissional, tanto a nível individual como coletivo, assim como para o progresso científico da tecnologia e da inovação, pelo que todos os sujeitos devem ter acesso à mesma.

Embora em Portugal a Educação seja reconhecida e qualificada como um Direito Humano, nem sempre a mesma é garantida a todos os cidadãos de forma equitativa, sobretudo, quando em casos de carência financeira dos jovens e suas famílias. Os apoios sociais dependem do que é auferido pelo seu agregado familiar, cabendo assim ao Estado garantir o direito constitucional à Educação, seja no acesso, frequência ou sucesso escolar.

Contudo, a questão dos custos já não deveria ser um entrave no Ensino Superior, tal como consta na Constituição da República Portuguesa desde 1976, devendo, atualmente, a nossa atenção estar essencialmente focada em perceber como esta pode evoluir, no sentido da formação ser cada vez de melhor qualidade, havendo uma efetiva adaptação às mudanças que o mundo sofre no decorrer dos tempos.

A Garantia de Acesso às Ferramentas Educativas Basilares

A Lei de Financiamento do Ensino Superior (Lei nº37/2003 de 22 de agosto), estabelece o princípio da democraticidade e da não exclusão, que garante que o acesso ao Ensino Superior não pode ser restringido por fatores de carência económica, cabendo ao Estado colocar todos os meios necessários à disposição para garantir o mesmo. Porém, a realidade nacional revela que este princípio não está a ser cumprido, visto que as restrições de natureza económica continuam a ser o maior entrave ao acesso ao ensino pós-secundário.

Os custos mais avultados no Ensino Superior não se prendem apenas com fatores como o alojamento, a alimentação e as propinas, mas também o custo de materiais escolares são uma barreira para os alunos mais vulneráveis. A diversidade e unicidade de custos de materiais inerentes a cada curso cria as condições para que o sistema de ação social escolar se torne ineficiente. Assim sendo, urge-se que se regularize a situação.

Consta nos Artigos 27.º e 33.º da Lei do Financiamento supramencionada, “será assegurado aos estudantes o acesso a serviços de informação, reprografia, apoio bibliográfico e material escolar, em condições favoráveis de preço” e garantido o “acesso a outros apoios educativos”, respetivamente. Ora, não estando assegurado esse serviço aos estudantes, impera que se estabeleçam mudanças que garantam o cumprimento do quadro legislativo em vigor, evitando a deterioração do cenário atual do Ensino Superior. O não cumprimento acarreta custos negativos que são de notar.

Efetivamente, existem cursos cujos custos em materiais são elevados e que, na sua grande maioria, extravasam o orçamento familiar do agregado médio português, quanto mais das famílias mais economicamente desprotegidas. Segundo um estudo recente em parceria com a UNIAREA e o Santander (Anexo 1), os custos efetivos de frequentar o Ensino

Superior em Portugal são divididos em três categorias: propinas, alojamento e outras despesas, sendo que esta última inclui material escolar.

Estes dados referem-se às três maiores cidades universitárias, mas são sintomáticos em relação ao que se passa no resto do país, revelando a realidade financeira avassaladora para qualquer estudante. A proporção de despesas com materiais escolares (inseridos em “outras despesas”) é significativa, variando entre 57€ e 63€ mensais. Denote-se, ainda, que não são considerados cursos com despesas desproporcionais e mais elevadas relativamente à média, como é o caso, a título de exemplo, de Arquitetura, Direito e Medicina Dentária.

Para os estudantes bolseiros, os custos desta categoria diferem minimamente dos não bolseiros. Porém, este custo ganha relevância proporcional na sua disponibilidade financeira, impossibilitando o sucesso escolar ao nível do ensino pós-secundário ao limitar o acesso a bibliografia obrigatória ou recomendada e materiais práticos de cariz necessário. A situação agrava-se ao considerar que o valor referencial da Bolsa de Ação Social não considera o verdadeiro custo de frequência do Ensino Superior, cobrindo pouco mais que a propina e não colmatando esta despesa de forma específica ou transversal.

Neste sentido, torna-se o material escolar, que tendencialmente não é disponibilizado pela instituição, tendo o estudante de acarretar com os seus custos que frequentemente são elevados, uma barreira de acesso à área de ensino desejada de especialização ou até de conclusão do ciclo superior. Segundo um estudo realizado pela Associação Académica de Coimbra, no presente ano inquirindo 1328 estudantes, “40% dos inquiridos admitem já ter considerado abandonar o ensino superior em função destes pesados encargos”, encargos estes que englobam o “alojamento, alimentação, deslocações dentro de Coimbra e entre residência primária e Coimbra, materiais escolares e outros encargos”, os quais têm um valor médio de despesa mensal extrapropina de 518,62€.

No entanto, é de realçar que o acesso às ferramentas de ensino e aprendizagem basilares e o elevado valor médio de despesa mensal extrapropina e Bolsa de Ação Social já deveriam ter sido ultrapassados e resolvidos por aqueles a que lhes é competido. Neste momento, a preocupação deveria prender-se de forma completa com um novo olhar para a inovação pedagógica no Ensino Superior e os seus métodos e ferramentas de ensino.

Integração da Tecnologia nas Práticas Pedagógicas

Em março de 1290 surge a primeira universidade portuguesa, em Lisboa, aquando da assinatura do *Scientiae thesaurus mirabilis* por D. Dinis I. Desde essa época, foram diversas as adaptações do ensino a fim de colmatar os avanços científicos e tecnológicos que cresceram exponencialmente desde metade do século XX. São casos dessas adaptações do ensino a evolução da escrita desde a utilização da pena à atual utilização de ferramentas tecnológicas, que já não envolvem a forma “física”, bem como a forma como o docente transmite o conhecimento ao estudante, tendo-se passado da transmissão oral a, mais recentemente o uso de projetores e até quadros interativos. Se a tudo isto o ensino

teve capacidade de se adaptar, especialmente no último século, ainda assim, com todas as novas tecnologias de armazenamento e partilha de informação, este permanece em tudo semelhante ao experienciado pelos estudantes há 50 anos, estando o focado no docente, promovendo-se uma comunicação unidirecional, que apresenta uma forte resistência a integrar os mais recentes avanços tecnológicos, como é o caso das Inteligências Artificiais.

Tal como no passado, as atuais práticas pedagógicas, bem como os métodos de avaliação utilizados, acabam por focar o ensino no desenvolvimento de competências ao nível do conhecimento, sendo as estratégias utilizadas muito expositivas, não promovendo características essenciais para o estudante e para o cidadão do século XXI. Efetivamente, o atual panorama indica-nos que é essencial que o estudante tenha um sentido crítico apurado e que a sua criatividade seja cada vez mais desenvolvida. Contudo, é com alguma tristeza que vemos o ensino completamente estagnado, não havendo a valorização das características anteriormente referidas. Um excelente exemplo, que nos indica com clareza esta estagnação, é a resistência na integração das novas ferramentas digitais naquilo que concerne a novas práticas pedagógicas, sejam estas aplicadas a métodos de avaliação, ao apoio às aulas ou até mesmo no auxílio no estudo autónomo do estudante.

De facto, tal pôde observar-se, bem recentemente aquando da integração das calculadoras na realidade do ensino e das próprias Instituições de Ensino Superior. No estudo “Calculadoras no ensino: Estudos sobre as conceções, as práticas e a formação do professor de Matemática”, são apontados que “a calculadora é uma tecnologia que assume, hoje em dia, uma expressão importante no ensino da Matemática em Portugal, constando das orientações metodológicas dos programas desde 1990/1, (...). No entanto, o uso da calculadora no ensino da Matemática tem sido objeto de grandes polémicas na comunicação social. Os próprios professores mostram-se muito divididos sobre esta matéria.”. Se nesta altura o uso da calculadora era encarado como um possível fator que faria os estudantes deixarem de conseguir realizar cálculos mentais, atualmente, já não é visto de todo dessa forma, sendo uma ferramenta essencial que permite economizar tempo na resolução das questões matemáticas ao mesmo tempo que confere resultados muito mais precisos. Mas este não é um exemplo único da resistência que o ensino apresenta à integração das novas tecnologias, contrariamente ao que seria de esperar das Instituições em que se trabalha em prol do avanço científico-tecnológico. Também a introdução do computador portátil e o uso da internet, na sua altura, provocaram transtorno entre os docentes. Hoje em dia, também estas ferramentas são consideradas essenciais no ensino, permitindo o rápido acesso e difusão de conhecimento.

Mais recentemente, surgiu ferramentas de Inteligência Artificial, capazes de dar resposta a questões, com base na informação presente online, sejam elas de programação, de material científico ou a qualquer outro tema em cerca de 100 línguas diferentes. O uso deste tipo de ferramenta permite aos estudantes economizar tempo na procura de informação e consequentemente aumentar a sua produtividade. Uma vez mais, o surgimento desta nova ferramenta, capaz de produzir autonomamente o que o utilizador requisitar, levantou no seio do ensino questões relativamente à possibilidade da existência de fraude académica e se esta tecnologia deveria ou não ser banida. Novamente, fica explanada a estagnação do ensino, que adotou uma postura cética relativamente à

mesma, ao invés de se adaptarem a este novo paradigma fomentando o seu uso aliado a novos métodos de ensino e de estudo.

Muito se questiona relativamente à veracidade da informação disponibilizada por este tipo de ferramentas, contudo, na realidade do século XXI, em que cada vez mais somos bombardeados com informação, a utilização de tecnologias deste género permite ao estudante desenvolver o seu sentido crítico e criativo, capacidades cada vez mais necessárias aquando do ingresso no mercado de trabalho.

A adaptação das IES às novas tecnologias existentes, como o caso das já mencionadas ferramentas de Inteligência Artificial, abre o caminho a que os estudantes passem a poder desenvolver cada vez mais o seu estudo de forma autónoma, tirando o foco do docente e da capacidade de memorização, passando a focar-se sim em “como saber” e como selecionar a informação, também desta forma estimulando as capacidades já mencionadas (sentido crítico e criativo) e economizando tempo que o estudante pode utilizar em outras atividades importantes para o seu sucesso académico e mais tarde no mercado de trabalho.

Efetivamente, são diversas as Universidades que já aplicam e integram as novas tecnologias e a inteligência artificial para potenciar o estudo e a avaliação com a aplicação de ferramentas que aquando utilizadas para o estudo deteta quais as áreas em que os estudantes têm maiores dificuldades e adapta as questões apresentadas ao estudante que as realiza.

Ainda assim, também o estudo autónomo encontra uma barreira na atual realidade do ensino, devido à escassez de material de estudo facultado pelos docentes. Usualmente, é facultada uma bibliografia, por vezes de difícil acesso em formato físico, seja devido ao custo da obra, à sua descontinuação ou à impossibilidade em aceder à mesma, em formato digital. São também facultados diapositivos que acabam por não estar completos, não contendo toda a informação que o professor passa em aula.

Urge assim que as IES procurem efetivamente adaptar-se à atual realidade no que toca ao acompanhamento da evolução das novas tecnologias. De forma complementar, é imperativo que estas passem a disponibilizar aos estudantes plataformas com mais material de auxílio ao estudo. Medidas estas a serem aplicadas tendo em vista uma promoção mútua de uma série de características essenciais no estudante e no seu percurso académico, nomeadamente no seu estudo autónomo, bem como no seu futuro profissional.

Desta forma, vêm as Federações e Associações Académicas e de Estudantes, reunidas no Encontro Nacional de Direções Associativas, decorrido em Almada nos dias 2 e 3 de setembro de 2023, apelar à Assembleia da República, partidos políticos com assento parlamentar e governo que tudo façam ao seu alcance para aplicar as seguintes medidas:

1. Dotar as IES dos recursos necessários para que estas possam estabelecer estratégias, ferramentas, bibliografia essencial e materiais, nomeadamente a

disponibilização de uma biblioteca digital, com vista à promoção da autonomia dos estudantes;

2. Estabeleçam as medidas necessárias para que o Ensino Superior Português integre as mais recentes ferramentas digitais em novas práticas pedagógicas, seja em momentos de avaliação, em aula ou de autonomia de estudo;
3. Elaboração de um estudo nacional sobre os custos com materiais e ferramentas de caráter obrigatório e necessário para conclusão de um ciclo de estudos e curso/área no Ensino Superior;
4. Majoração significativa do valor da Bolsa de Estudo de Ação Social, ou constituição de um complemento para aquisição de material académico, tendo por base escalões de custo de frequência académica por curso/área de ensino, elencados pelo estudo nacional realizado e anteriormente proposto;
5. Criação de um banco de recursos e materiais de partilha intergeracional promovidos pelas Instituições de Ensino Superior em colaboração com as Associações Académicas e de Estudantes.

Referências Bibliográficas:

1. Lei do Financiamento do Ensino Superior.
2. Uniarea. Quanto custa ser estudante universitário em Portugal? Disponível em: <https://uniarea.com/quanto-custa-ser-estudante-universitario-em-portugal/>
3. Calculadoras no ensino: Estudos sobre as concepções, as práticas e a formação do professor de Matemática. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4526/1/08-Romano-Merc%C3%AA-Ponte%20Badajoz_.pdf
4. Observador. Alunos gastam em média 518 euros por mês para estudar na Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://observador.pt/2023/06/06/alunos-gastam-em-media-518-euros-por-mes-para-estudar-na-universidade-de-coimbra/>

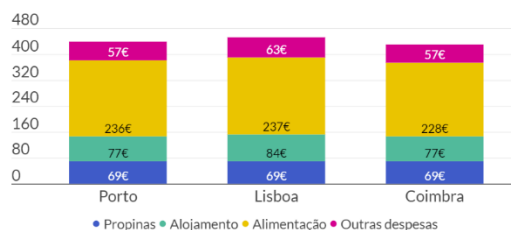
Anexos

Anexo 1: Estudo em Parceiras com a Uniarea e o Santander. Custos mensais de um Estudante de Ensino Superior em Portugal.

Quanto custa ser estudante universitário em Portugal?

Dados para as três principais cidades universitárias portuguesas: Lisboa, Porto e Coimbra

Estudante Bolseiro



Quanto custa ser estudante universitário em Portugal?

Dados para as três principais cidades universitárias portuguesas: Lisboa, Porto e Coimbra

Estudante Não-Bolseiro (alojamento privado)

